

A máfia política e a explosão inflacionária

Écon. Brasil
JORNAL DA TARDE

Atormentado pelos problemas aparentemente insolúveis da economia brasileira, que nascem e se multiplicam dos anacronismos da máquina estatal, o ministro Maílson da Nóbrega vem fazendo o que pode para evitar o desastre da hiperinflação, além de advertir a nação para os riscos da falta de responsabilidade dos políticos, que continuam sabotando seus planos em nome da mais rasteira demagogia. O golpe mais recente da classe política contra o que resta do Plano Verão foi dado pela Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, que aprovou projeto elevando o salário mínimo, hoje de NCz\$ 63,90, para 160,65, a partir de 1º de maio.

25 ABR 1989
Não se trata aqui de discutir se esse aumento de 151% é justo ou não, mas da verdadeira bomba que essa decisão estabanada representa para as já arrasadas finanças públicas. Como bem disse o ministro da Fazenda, "antes de aprovar a mudança o Congresso terá de levar em conta as consequências que essa medida irá provocar, considerando a realidade econômica brasileira e examinando a situação dos estados e municípios. Ela é contrária aos trabalhadores porque vai afetar os empregos e será um desastre para a Previdência Social".

O tom de alerta do ministro se justifica plenamente, pois a cada dia fica mais clara a condição de falência do Estado brasileiro em todos os níveis. As dificuldades começam no governo federal, que não tem conseguido realizar as previsões de receita tributária feitas para este ano. Acreditava-se, por exemplo, que o programa de reforço à fiscalização geraria um aumento de receita da ordem de 1,9% do PIB, coisa que não aconteceu. Para contornar a situação, o governo — ajudado pela demora na aprovação do Orçamento da União — usou a tática de adiar pagamentos, expediente que também só permitiu ganhar algum tempo.

Agora, segundo informou a **Gazeta Mercantil**, em matéria assinada pelo jornalista Celso Pinto, o governo pode ser obrigado a negociar com o Congresso "uma nova lei que revogue a proibição do Tesouro gastar mais do que arrecada". Embora as autoridades econômicas ainda tenham esperança de que existam condições de evitar essa alternativa, a sua simples menção equivale (para usar uma frase do professor Affonso Celso Pastore) a soltar uma raposa no galinheiro das expectativas inflacionárias...

Naturalmente, com tanta incerteza no ar, as negociações do governo com a missão técnica do FMI foram sensivelmente prejudicadas. O governo tem negociado na expectativa de que esse organismo internacional aceite um déficit público igual ao do ano passado, que chegou a 4% do PIB. Acontece que, segundo cálculos de economistas do setor privado, há razões para supor que o déficit público dará um salto em 1989 para algo entre 8 e 10% do PIB. Só de juros da dívida interna o Tesouro vai gastar cerca de 4% do PIB. A este total devem ser somados os déficits da Previdência Social, projetadas por baixo em 2% do PIB (se não chegar a 5%, em virtude dos novos encargos determinados pela Constituição), e das empresas estatais. Se as tarifas e preços dessas empresas não forem corrigidos logo, elas também darão a sua "contribuição" ao déficit público e o mesmo se pode dar com os Estados e municípios, em virtude das despesas extraordinárias deste ano eleitoral.

Diante desse quadro aterrador das finanças públicas, julgamos perfeitamente compreensível a angústia que o ministro Maílson da Nóbrega tem deixado transparecer em seus últimos pronunciamentos públicos. Ele sabe que não pode contar com os políticos do Congresso nem mesmo com alguns de seus colegas de governo. Não há a mínima possibilidade de executar uma política fiscal apertada nem espaço para uma política monetária rígida.

Junte-se a esse cenário sombrio o calor da campanha presidencial e teremos multiplicado o risco de uma explosão inflacionária, uma vez que os diversos candidatos não hesitarão em utilizar a delicada situação em que se encontra o governo, e sobretudo a sua reduzida margem de manobra, como um poderoso argumento de campanha. Um clima desse tipo certamente não ajudará o ministro da Fazenda em seu esforço para manter a inflação entre 8 e 10% até o final do ano. Na verdade, a maior parte das previsões aponta para uma inflação ascendente nos próximos meses.

Portanto, está aí, para que todos vejam, o resultado da ação destruidora realizada pelos políticos. Eles sabotaram o Plano Verão desde o primeiro dia, ao se negarem a aprovar até mesmo as pequenas medidas para a diminuição da máquina estatal e ao torpedearem a privatização de reduzido número de empresas estatais. Graças à "ajuda" dos políticos continuamos com o Lloyd Brasileiro, a EBTU, o Incra e tantas outras inutilidades sangrando o Tesouro Nacional. O Estado continua com uma dívida interna junto ao público em torno de US\$ 50 bilhões, aos quais se somam 80% de dívida externa de US\$ 115 bilhões. Enfim, completando o quadro, o que temos é um Estado tão desmoralizado que corre o sério risco de ver seus títulos rejeitados pelo mercado, que aliás já há algum tempo vem temendo um calote e procurando diversificar o risco para não ser pego de surpresa na calada da noite.

Todos esses dados compõem, nada mais, nada menos, que a fórmula da bomba atômica inflacionária que vem sendo meticulosamente montada pela máfia política que se apossou do país. Diante desse quadro, não nos surpreendem as notícias, recentemente ventiladas, de que o ministro da Fazenda, desiludido, estaria pensando seriamente em entregar o cargo ao sr. Sarney, o inefável peão desse jogo de cartas marcadas. Afinal, ele só estaria seguindo os passos de tantos outros brasileiros que desistiram de esperar pelo fim desta máfia e deixaram o país, ou os dois que se estão preparando para fazê-lo, acumulando dólares e outros equipamentos de prevenção à calamidade econômica.